

A instauração do Liberalismo em Portugal numa visão global socioeconómica - A participação do Algarve

José Carlos Vilhena Mesquita

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo

O Algarve na primeira metade do século XIX era um território periférico e quase marginalizado. Mas nunca deixou de ser uma região geo-estratégica (como o foi no tempo dos Descobrimentos) de fulcral importância no evoluir do processo histórico português.

O Algarve, como espaço/região, e os algarvios como (re)agentes activos, foram, no seu conjunto, decisivos para o dirimir das lutas políticas e da consequente guerra civil, que implantou definitivamente o liberalismo em Portugal.

No contexto nacional, o Algarve foi uma das regiões mais sacrificadas, tanto nos seus valores humanos como nos seus recursos económicos. Parece-nos indubitável o papel dos algarvios na construção do liberalismo português, sendo o posicionamento geográfico da sua costa atlântico-mediterrânica de capital importância para a eclosão da guerra-civil. Por outro lado, o Algarve tornara-se desde o início do século XIX, com as invasões napoleónicas, um dos pólos mais sensíveis do quadro revolucionário português. Todos os conflitos militares que projectaram alterações políticas passaram pelo Algarve. Daí que, do ponto de vista militar, adquirisse esta região o estatuto de eixo geopolítico sobre o qual giraria, praticamente, toda a primeira metade do Oitocentismo português.

Abstract

Algarve in the first half of the 19thC was a peripheral and almost marginalized region. However, it never ceased being a geo-strategic region (as from the time of the Portuguese Discoveries) of core importance in the Portuguese historic evolution process.

Algarve as an area/region and its inhabitants as active (re)agents were, as a whole, decisive in preventing political upheaval and consequent civil war, ultimately establishing liberalism in Portugal.

In the national context, Algarve was one of the more burdened regions both in terms of human values and economic resources. Clearly, the inhabitants played a role in the construction of Portuguese liberalism, with the geographical asset of the Atlantic-Mediterranean coastline holding key importance for the onset of civil war. On the other hand, Algarve has, since the beginning of the 19thC with the Napoleonic invasions, become one of the more sensitive poles within the Portuguese revolutionary context. Military conflicts that impelled political changes also crossed Algarve. As such, from a military perspective, the region gained a reputé of geo-political axis from which it revolved during practically the first half of the Portuguese *Oitocentismo*.

Keywords: Liberalism in Portugal, Liberal Upheaval, History of Algarve; Economic History of Algarve; *Remexido* Guerilla

1. A aurora liberal – instituições e mentalidades.

Aos gritos de *Liberdade e Regeneração* despertara a burguesa cidade do Porto, no dia 24 de Agosto de 1820, para os tortuosos caminhos de uma revolução social que marcaria o começo do Oitocentismo Português. Se, por ventura, é lícito repartir a História por épocas e fases cronológicas, bem se pode dizer que terá sido a «Revolução de 1820» a porta de abertura do nosso século XIX. Um povo em armas reivindicava a independência nacional contra o domínio britânico, o retorno do seu Rei ao trono pátrio e, sobretudo, o estabelecimento de uma nova ordem política e social, fundamentada numa lei geral, justa, equânime e libertadora. As enleantes peias do Antigo Regime tinham sido decepadas pela redentora espada da *Revolução*.

A chamada *Inteligentzia* nacional, oriunda do Antigo Regime, havia sido formada nos seminários, nos conventos e até na Universidade de Coimbra. Por isso se mostrara algo conservadora e titubeante nas suas opções ideológicas, receando perder os seus privilégios e protagonismo sociopolítico. Opunha-se-lhes um novo espírito, aberto, tolerante e reformista, germinado nas Academias, onde se alardeava a urgência de uma revolução das ideias e das atitudes sociais. Entre os alfobres da Revolução, que funcionaram como *pivots* de desagregação do Antigo Regime, figuram em lugar de destaque as Academias, especialmente as do foro militar, em cujos membros se instilou de forma consciente o dever do Liberalismo, como ideologia e, sobretudo, como status do novo regime político que se pretendia instituir.¹ Do Pombalismo estabeleceu-se uma ponte iluminista até ao Liberalismo (obviamente inconsciente e involuntária), cujo objectivo era o estabelecimento do progresso, através do desenvolvimento dos meios de produção, dos níveis de crescimento económico e da aproximação das classes sociais.

Os ventos que sopravam da Europa eram incontrolláveis e depressa se tornaram imparáveis. Traziam o cheiro da liberdade e novas ideias reformistas, que exigiam a adaptação dos Estados ao estabelecimento de uma nova ordem política, inspirada na concepção iluminista do fraternalismo, do igualitarismo e da felicidade social. A essa urgente necessidade de mudança sucedeu a emergência dos movimentos nacionalistas, que traziam consigo o clamor independentista dos povos subjugados. Nascia, deste modo, a era da liberdade e o século da democracia. Ao movimento político que combateu o absolutismo e o direito divino da realeza convencionou-se chamar Liberalismo, cujas origens se prendem com a Revolução Francesa. A base de conceptualização ideológica era, praticamente, a mesma, pois além de se inspirar nos valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, materializava o seu projecto político na «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão». Acresce, porém, que os valores sociais que inspiravam a Revolução eram praticamente os mesmos que se aplicavam nas lojas maçónicas, cujo espírito filantrópico, organização hermética e iniciática, era propícia à preparação sigilosa de movimentos sediciosos de carácter revolucionário. Por isso a reacção miguelista chamava pedreiros-livres aos seus adversários políticos, muitos dos quais estiveram presentes no

¹ «Nas Academias Militares, núcleos de formação e informação, jogaram-se alguns dos principais alicerces do Liberalismo; aí se formou uma nova elite de oficiais, abertos a inovações e alterações, propostas sob o signo de «regenerar», «iluminar», «ilustrar», «progresso», ou por paradigmas como o da perfectibilidade humana. Todos eles, afinal apontavam para algo de concreto e materializável – alterar, mudar a sociedade portuguesa, sobretudo numa época em que várias eram as fontes donde emanavam ventos revolucionários, modelos de alterações económicas, sociais, políticas, já que as culturais, em sentido alargado, tinham-se já iniciado.»

Maria de Fátima Nunes, «A sociabilidade científica: alguns aspectos das raízes do liberalismo em Portugal», in *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850* (org. de Fernando Marques da Costa, *et al*), Lisboa, Ed. Vega, s/d, 70-76 e 73.

«Sinédrio», na Revolução de 1820 e na Assembleia Constituinte, em cujo texto se vislumbra a sua influência.²

Apesar de anteriores resquícios conspirativos e revolucionários, como o de Gomes Freire de Andrade, o certo é que a «Revolução de 1820» abriu as portas ao processo histórico do liberalismo português, cuja Constituição de 1822 se transformaria numa espécie de paradigma do sistema. A sua base de sustentação socioeconómica assentava preferencialmente na burguesia comercial, administrativa, intelectual e militar, que advogava a erradicação do Antigo Regime através de irreversíveis princípios de regeneração social do Estado. Do seu programa revolucionário destacava-se a abolição das relações sociais que caracterizavam o regime senhorial, a elevação da burguesia à esfera do poder e a institucionalização de meios legais que conduziriam a sociedade para um regime constitucional-parlamentar, assente em regras democráticas, pluripartidárias e de livre consciência político-religiosa. Os valores pelos quais propugnava o novo regime liberal ainda hoje se mantêm, praticamente, actuais e identificados com o sistema democrático, nomeadamente a representatividade electiva da nação, a divisão dos poderes, extinção dos privilégios de classe, popularização das leis, reforma do aparelho fiscal, defesa dos direitos individuais, nacionalização do ensino, valorização do território continental (e colonial), livre concorrência, soberania do Parlamento e da Constituição.

Tanto no «Vintismo», como no «Cartismo» ou no «Setembrismo», as significativas mutações estruturais na organização socioeconómica da nação foram, grosso modo, favoráveis à burguesia. Em todo o caso, apesar da burguesia ter sido o “motor da revolução”, não podemos branquear o facto de uma boa parte da aristocracia, sobretudo a mais letrada e esclarecida, se ter colocado ao lado das hostes pedristas. Se o radicalismo Vintista assustara certas franjas da nobreza já o mesmo não acontecera com o Cartismo, que as podia congregar numa lógica social de coexistência política, baseada na consideração e, muito especialmente, numa certa simbiose ou interpenetração classista. Aliás, face à estrutura da sociedade portuguesa o liberalismo teve que se debater entre o instinto da conservação da ordem tradicional e a inadiável necessidade de regenerar o país, o que inviabilizou a revolução por simples substituição das classes dominantes e tornou inevitável que a transição do Antigo Regime para o Liberalismo se processasse por “amalgama, fusão e co-domação de classes”.³ De qualquer modo, apesar da aristocracização da burguesia e da simbiose social a que o liberalismo deu origem, não podemos esquecer o papel activo e decisivo desempenhado pelos militares entre 1820 e 1834, funcionando como autênticos agentes de mudança político-socioeconómica.

Todavia, o tradicional equilíbrio sociedade/regime/sistema evidenciava constantes momentos de ruptura. Esta primeira metade do século XIX ficou marcada pela digladição de dois regimes/sistemas opostos e inconciliáveis: o Absolutismo versus Liberalismo. E o que estabelecia a diferença ou as balizas de distanciação política era a ignorância, o posicionamento partidário do povo e o conservadorismo reaccionário da Igreja.⁴ Voltou-se a sentir o peso dos coroados sobre a coroa, ou seja, o regime adquiriu o

² «A Constituição maçónica de 1821, redigida em boa parte pelos maçons redactores da Constituição Liberal de 1822, prefigurava-a em vários artigos, até ao ponto da identidade de linguagem. O triunfo e as crises do Liberalismo português coincidiram com o triunfo e as crises da própria Maçonaria portuguesa.»

A H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. II, col. 866-868.

³ José Sebastião da Silva Dias, «A revolução liberal portuguesa: amalgama e não substituição de classes» in *O Liberalismo na Península Ibérica*, 2 vols., Lisboa, Sá da Costa Ed., 1982, vol. I, 21-26 e 24.

⁴ «Deux intérêts opposés, deux principes ennemis se partagent le monde, et leur lutte sanglante retarde ou avance la civilisation; vaincus sur un point, ils renouvellent le combat sur un autre;

protagonismo do monarca, do qual se tornaria homonímico. Assim, o «*Miguelismo*», como projecto político-socioeconómico traduzia-se num regime absolutista, tradicionalista e contra-revolucionário, que na sua essência pretendia apenas defender e manter a ordem já estabelecida, contra os ventos de mudança e de inovação propostos pela Revolução Francesa e pelo Liberalismo. O conceito que lhe dava o cerne era a *Tradição*, que mais não era do que o velho regalismo absolutista, assente na estrutura social das Três Ordens, no catolicismo integral e na ortodoxia cultural, baseada nos princípios da Fé estatuídos pela Igreja de Roma. No fundo era o plasma do Antigo Regime. Por isso é que os seus adeptos se designavam por *miguelistas*, *realistas*, *apostólicos*, *portugueses legítimos*, etc. Porém, a alcunha mais usada entre 1820 e 1850 foi a de *Corcunda*, que os próprios absolutistas aceitaram e até transformaram em honroso epíteto após a contra-revolução da *Vilafrancada*.

1.1. Estrutura social e política no período de indefinição do regime.

O Povo, que era o fiel da balança política, não agia por motu próprio. Faltava-lhe a instrução necessária à aquisição de uma consciência política capaz de poder actuar convictamente na liça partidária. Por isso se deixou arrebatar pelas forças superestruturantes do absolutismo. A mobilização das camadas populares fazia-se “do púlpito abaixo”, ou seja, através dos párocos e dos frades conventuais, aos quais se uniam os capitães-mores e a fidalguia provinciana, terratenente ou funcionalista. Se prestarmos um pouco mais de atenção ao fenómeno contra-revolucionário suscitado em 1823-24, em 1826-28 até 1834, ou mesmo em 1846-47, verificamos que em todos os momentos vêm ao de cima uma solidária cadeia de interesses particulares, de estatuto privado, de nomenclaturas, privilégios e toda a casta de sinecuras. Reformar, mudar ou inovar, eram palavras e conceitos que não faziam parte do léxico dos instalados. Para essa gente alterar o sistema político tornara-se impensável.

O Clero sentia-se profundamente ameaçado. Por um lado receava perder toda a sua preponderância social e ecuménica, esbatendo-se a sua influência nas paróquias. O seu papel de mentalizadores ou de condutores de consciências deixava, praticamente, de ter sentido. Pelo menos temiam que assim acontecesse. Por outro lado, constava sem reboço que os liberais, a quem chamaram *Jacobinos*,⁵ iriam desapossar a Igreja dos seus

l'ignorance et les lumières leur servent alternativement de soutien: l'un est le pouvoir *sacerdotal et aristocratique*; l'autre, *le droit naturel et la dignité de l'homme*. Le premier incorpore toutes les castes, et à peu près toutes les sectes, sous l'étendard de l'arbitraire; l'autre veut associer tous les peuples aux progrès de la civilisation, aux bienfaits de la liberté. Les partisans du privilège vont chercher des parens, des amis, partout où se trouvent des vanités ou des intérêts analogues aux leurs; les peuples, également, ne considèrent comme concitoyens, comme frères, que les hommes libres ou qui veulent le devenir. C'est sous l'influence de ces deux actions que les institutions s'élèvent ou s'abaissent, se consolident ou s'altèrent. Heureux, les souverains qui savent les connaître et les pondérer, juger leur forces respectives et concilier leur intérêts, pour ne pas être froissés dans leur lutte, et peut-être entraînés dans leur ruine!»

Alexandre de Laborde, *Voeu de la Justice et de l'Humanité en faveur de l'Expédition de D. Pedro*, Paris, Bohaire Libraire-Editeur, 1832, pp. I-II.

⁵ O termo *Jacobino* foi bastante utilizado e propagandeado pelo jornalismo panfletário de José Agostinho de Macedo ou de Frei Fortunato de São Boaventura. Na acepção desses ilustres mentores do absolutismo apostólico, o termo traduzia-se vulgarmente por: ateu, libertino, traidor, rebelde, regicida, revolucionário e cruel, entre outras valorações menos dignas da condição humana. Logicamente o vocábulo teve maior carga política no conturbado período que envolveu a Revolução Francesa, mas durante a vigência miguelista serviu de qualificativo para os liberais e maçons. Curiosamente, os realistas pensavam que os Jacobinos acabariam por destruir os seus

incomensuráveis bens patrimoniais, relegando o culto religioso para a responsabilidade do Estado. Em consonância com as aflições e temores dos padres estavam os capitães-mores e a oficialidade das Ordenanças que temiam ver subalternizadas as suas funções ao controlo do poder local, civil e militar, e, por consequência, ameaçada a sua prevalência sociopolítica nas comunidades em que se achavam inseridos.

Por seu turno, a Nobreza, e muito especialmente a chamada fidalguia terratenente, disseminada pela província, apercebera-se da incompatibilidade do seu estatuto de privilégio com a equanimidade do sistema liberal, cujas reformas político-socioeconómicas iriam derruir as prerrogativas de excepção em que se consubstanciava a aristocracia. Em suma, todos perdiam, sobretudo os que muito temiam perder. O povo, nesta teia de interesses, seria certamente o que menos tinha a perder. Mas, pela sua formação religiosa e ignorância cultural, era, talvez, o que mais receava a “facção desorganizadora” ou a “pestilente cáfila dos Pedreiros-Livres”.⁶

Em boa verdade a nação portuguesa estava dividida em dois partidos, conforme às suas ideias políticas, formação cultural, interesses económicos e origens sociais. Em 1826, durante a breve regência da Infanta Isabel Maria, um dos seus ministros, tentou explicar-lhe a periclitante situação política através da origem dos partidos, definindo o conteúdo da facção liberal como uma amalgamação de gente ordeira e patriótica, que apenas augurava a segurança do regime constitucional. Com o apoio deles poderia a Infanta contar. Mas, com o partido oposto já o caso mudava de figura, pois que nele residuavam os ambiciosos, os desordeiros e desestabilizadores da paz, que procuravam no amotinamento das massas populares o espaço de manobra para as suas maquinações políticas. No fundo, parecia querer dizer que o país se repartia entre o bem (liberais) e o mal (realistas), dispondo, porém, estes últimos numa organizada rede de influências e de apoios políticos externos, que faziam antever graves dissabores para o trono e inúmeros perigos para a manutenção do almejado regime constitucional. Apesar de ser longa, não resistimos à tentação de transcrever a descrição do ordenamento das forças políticas nas vésperas da contra-revolução miguelista:

«Dois partidos dividem hoje os portugueses ; no primeiro estão amalgamados os antigos constitucionaes, e os realistas puros e probos; aquelles forão curados pelo tempo das exagerações da Constituição de 1822, e estes pela experiencia dos acontecimentos de 30 de Abril de 1824, e da crise dos primeiros dias do mês de Março passado, estão convencidos da necessidade de garantias fortes e legaes que defendão a segurança individual contra os excessos do poder, quer este seja legitimo, quer não. Uns e outros estão reunidos em espirito e vontade á roda do Throno do Senhor Dom Pedro IV e da regencia de Vossa Alteza, como centro unico da legitimidade; e todos os seus desejos estão satisfeitos com a Carta Constitucional. Este pacto solemne que unio o Rei com a Nação está garantido pela sanctidade do juramento, o temerário que ousar quebranta-lo será réo de sacrilegio.

mentores ideológicos, por levarem até ao excesso o seu zelo revolucionário, à imagem do que acontecera em França.

Cf. *Novo Vocabulario Filosofico-Democratico*, indispensavel para todos os que desejam entender a nova lingua revolucionaria, 2 tomos, Lisboa, na Impr. Regia, 1831, tomo I, p. 21.

⁶ Na Proclamação lida por D. Miguel aos soldados que o acompanharam no golpe da «Abrilada» eram estes os termos com que mimoseava e etiquetava os seus adversários políticos. Praticamente desde 1820 até à «Regeneração», os liberais foram identificados com a Maçonaria, cujos herméticos membros no conceito dos realistas eram uma espécie de seita demoníaca. Essa é, aliás, a associação imagética contida na «Proclamação aos Portuguezes» assinada por D. Miguel, na qualidade de comandante em chefe do Exército, em 30-4-1824.

B.N.L., Reservados, Julio Firmino Judice Bicker, *Documentos para a Historia Politica de Portugal de 1823 a 1833*, Manuscrito n.º 42, n.º 1, doc. n.º 23 e doc. n.º 25.

No segundo partido estão compreendidos os homens que em 30 de Abril de 1824 abusarão tão cruelmente do ardor juvenil do Sereníssimo Senhor Infante Dom Miguel, e que até hoje não cessarão de nutrir criminosas esperanças; homens arruinados da fortuna, devorados pela cubiça e pela ambição, atrevidos, empreendedores e promptos para todo o mal; para elles todos os meios são legitimos por injustos e immoraes que sejam. A existencia deste partidos não precisa provas: he pequeno em proporção da massa nacional; mas está espalhado por todo o Reino; está organizado; tem um centro conhecido; mantem correspondencias em Hespanha; e Vossa Alteza não ignora quem sejam seus protectores dentro e fora do Reino. Deste partido são auxiliares natos todos os homens que estão acostumados a viver de abusos: a ordem e a justiça para estes he grande calamidade».⁷

Por todos estes condicionalismos e interesses de classe é que o sistema liberal teve de enfrentar a maioria da nação que, em boa verdade, não estava mental nem intelectualmente preparada para o choque da mudança. Mais a mais, uma mudança imposta por um monarca que a nação nunca conhecera e que se tornara rebelde à mãe-pátria, pela leviandade com que a desapossara da sua mais valiosa jóia colonial: o Brasil. No nosso país, e no seio do povo, parecia existir um subjectivismo nacional, consubstanciado nessa endémica esperança de ver chegar à barra de Lisboa um Salvador, um Rei sebastiãoico, que libertasse a pátria e despertasse da letargia uma nação condenada àquela «apagada e vil tristeza» com que o poeta traduziu a obscuridade, a afasia e a procrastinação do povo português. A mediania a contrastar com os heróis de outrora, parecia ter-se apoderado das gerações do Portugal Oitocentista.⁸

1.2. Chegou a «Carta», falta o Rei: Qual?

Mas, em vez de ver chegar o desejado monarca, recebeu uma «Carta», ainda por cima abrasileirada. O Rei, esse, não chegou. E mais do que uma “carta de alforria” o que o povo mesmo desejava era saber que tinha um Rei no trono pátrio. Por isso, não admira o apoteótico desembarque de D. Miguel no cais de Belém, sintomaticamente recebido com a popular modinha do «Rei chegou».⁹ Como também não espanta o aproveitamento

⁷ B.N.L., Reservados, Julio Firmino Judice Bicker, *Documentos para a Historia Politica de Portugal de 1823 a 1833*, Manuscrito n.º 42, n.º 1, «Exposição do Estado do Reino feita pelo Conselheiro José António Guerreiro em 28-8-1826 á Infanta Regente». Curiosa é a sua conclusão quanto à confiança partidária dos liberais, nos quais a regência se deveria apoiar até que os partidos se fundissem numa só nação: «a fidelidade está no primeiro partido, e só nelle pode Vossa Alteza encontrar francos e leaes servidores, em quanto o tempo e a moderação do Governo de Vossa Alteza não produzem o salutar effeito da amalgamação de ambos os partidos.»

⁸ «O espirito publico não estava educado para o novo sistema. Não o tinha merecido pelos seus próprios desenvolvimentos. Recebia-o como um presente estrangeiro. Não sabendo usar das liberdades e dos direitos que o novo regime lhe faculta, deixou imobilizar as instituições, o que equivale a desmoralizar e a perverter os princípios.»

Ramalho Ortigão, «O Estado do Norte», 1880, publicado pela *Capital* em 1915, e citado por Rodrigues Cavalheiro, «Sob a Invocação de Clio - O verdadeiro sentido dum texto», in *Ocidente*, vol. XLII, Lisboa, 1952, p. 205.

⁹ No segundo aniversário da chegada de D. Miguel publicou-se um soneto alusivo «à feliz ocorrência», do qual extraímos os versos mais elucidativos da situação política que então se vivia: «Jazia Portugal todo abysmado / No centro de huma dor a mais pungente / Era tudo afflicção na Luza Gente, / Distante do seu Rei Idolatrado // (...) Mas! Oh do Ceu Magnanima Clemencia! / He no meio de crize tão penosa / Que nos vem soccorrer a Providencia: // Aparece Miguel á Patria anciosa / E basta apparecer (rara influencia!) / Para logo a Nação ser venturosa!»

Gazeta de Lisboa, n.º 52 de 2-3-1830, p. 207.

do apoio popular (os trágicos “caceteiros”) para entronizar o novo príncipe. E teria sido de facto um novo príncipe, se o regime/sistema adoptado não fosse demasiado velho e caquético para fazer retornar a nação aos faustos de outrora.

A Carta, como texto constitucional, deixava muito a desejar no conceito dos mais ilustres apaniguados do sistema liberal, que viam na sua “doação” uma imposição de valores e de princípios que não se coadunavam com os que haviam defendido em 1820. Nela a figura do Rei aparece como elemento-chave, parecendo contraditório que os restantes corpos políticos e instituições lhe estivessem subordinados, fazendo do seu arquétipo político não um poder moderador, mas antes um poder condutor e concentracionista. Ora não era nada disto que se estatuiu em 1822. Note-se, por outro lado, que o poder Judicial, necessariamente considerado como o mais isento, estava-lhe subordinado por inerência, porquanto era o poder Executivo que competia nomear e/ou suspender os magistrados. Por conseguinte, a Carta legitimava, em última análise, uma realza quase absoluta, defendendo-a dos perigos radicalistas do sistema liberal. A legitimação do poder moderador era veladamente um poder para-absoluto, cujas funções se inseriam no Executivo, mas que, ao fim e ao cabo, submetiam toda a vida política ao seu consentimento.

A Carta era uma espécie de constituição em segunda mão, agravada pelo facto de não ter sido emanada do povo português, ou de, pelo menos, não se ter submetido ao seu plebiscito. Embora o espírito subjacente fosse o duma constituição, o certo é que não passava de uma “dádiva”, que por força das circunstâncias políticas se haveria de transformar na bóia de salvação do regime, à volta da qual se congregaria a família liberal.¹⁰ Só mais tarde, quando já nada fazia prever a retracção do processo político, é que se assistiu ao seu fraccionamento partidário, entre a direita cartista e a esquerda setembrista.

Além disso o regime Cartista, que estruturou o nosso Oitocentismo, esteve longe não só do agrado geral como também duma intrínseca e necessária funcionalidade política. As Cortes, ou o Parlamento, abriam apenas três meses no ano, sendo esse o efectivo período da sessão legislativa.¹¹ Os restantes nove meses deixavam o executivo em completa autonomia, legislando matérias e decretando leis que deveriam ser da exclusiva competência das Cortes/Parlamento. Essa era uma (entre tantas outras) pechas políticas da Carta que a tornava desajustada das necessidades legislativas e dava ao governo a possibilidade de decidir unilateralmente como se de um poder autocrático se tratasse. No fundo, o sistema Cartista assentava numa praxis usurpacionista das funções legislativas, embora na reabertura das Cortes muitas leis, sobretudo as mais controversas, pudessem ser objecto de ratificação, concedendo as respectivas Câmaras (dos Pares e dos Deputados) a indemnidade do governo. Curioso é, porém, salientar que os períodos de maior dinamismo estrutural corresponderam a épocas de quase ditadura, por os governos

¹⁰ «Constituição he a collecção de leis fundamentaes, e politicas, que contem os pactos essenciaes da convenção social, e as regras que formão, e distribuem os supremos poderes elementares do Estado, ou por outra, Constituição, como diz Bacon, he a lei das leis. Temos Constituição ? Tomada a palavra na accepção que acima lhe damos, pessoa alguma haverá que duvide que temos Constituição (...) Rezidia pois, a soberania na sua pessoa [D. Pedro], quando em Abril de 1826, em sua alta sabedoria, querendo fazer a felicidade dos povos, que o Céu lhe acabava de confiar, decretou pelo poder que ninguem pode contestar-lhe a immortal Carta Constitucional, garantia dos nossos direitos politicos e civis.»

Gazeta Constitucional, n.º 14 de 18-8-1827, p. 55.

¹¹ Veja-se os períodos de duração efectiva das diversas legislaturas da Câmara dos Deputados, dos Pares e dos Senadores entre 1834 e 1884, publicada por Clemente José dos Santos, *Estatísticas e biographias parlamentares portuguezas*, 6 vols., Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1887-1892, vol. I, 478-481.

restringirem ao mínimo a acção das Câmaras. É disso exemplo o brevíssimo consulado de Passos Manuel.

1.3. A conjuntura internacional, um teatro de inconfessáveis interesses.

Passando os olhos pela conjuntura internacional, que precedeu a vitória do liberalismo em Portugal, verificamos a existência de três linhas vectoriais a ter em consideração, ou seja, o equilíbrio europeu, em termos genéricos; o jogo de interesses entre a Grã-Bretanha e a França; e, por fim, a evolução política na vizinha Espanha. O alinhamento da França com a Espanha fizeram com que aquela fosse inicialmente pró-miguelista. Mas a intervenção do príncipe Metternich (campeão da contra-revolução, líder carismático da «Santa Aliança» e inimigo figadal da França) inviabilizou uma rápida decisão a favor do Infante D. Miguel. Além disso, o seu opositor, D. Pedro, era genro do Imperador Francisco I da Áustria e apresentava-se formalmente como o legítimo herdeiro do trono português. Por outro lado, comprometia-se a abdicar na sua filha D. Maria da Glória, neta do imperador austriaco, o que agradava sobremaneira aos interesses diplomáticos da Casa dos Habsburgos. O reconhecimento de D. Pedro pelas grandes potências europeias provocou o realinhamento da França na solução preconizada pelo chanceler austriaco, ou seja, num compromisso de coexistência política, através da regência de D. Miguel e do seu casamento com D. Maria II. Com o decorrer do tempo, o protagonismo político recairia em D. Miguel que educaria o herdeiro daquele compromisso diplomático nos preceitos do absolutismo e do conservadorismo apostólico. Um plano com tão refinado maquiavelismo só poderia ter sido engendrado por Metternich, considerado como o mais ardiloso político do seu tempo.

Os acontecimentos posteriores levaram a França e a Grã-Bretanha, a partir de 1827, a adoptarem uma política passiva, descomprometida e, tanto quanto possível, equidistante. Uma das razões dessa mudança parece ter a ver com a morte de Canning e o posterior acesso ao poder do Duque de Wellington, chefe dos Tories, pouco interessado pela conservação da Carta, embora não se lhe possam assacar descarados favorecimentos a D. Miguel. Do lado da Espanha, Fernando VII restabeleceu o neo-absolutismo integral, depurando o funcionalismo e pondo em acção os Tribunais Extraordinários. Favoreceu o miguelismo permitindo a permanência e organização no seu território de grupos civis e militares anti-cartistas, que ali se refugiaram a partir de 1826. Estranhamente viria, mais tarde, a realizar um volte-face em toda a sua anterior política governativa, para garantir a sucessão do trono na sua filha, Isabel II, o que provocaria a assinatura do «Tratado da Quadrupla Aliança» e uma prolongada guerra civil com o partido «Carlista», que reivindicava a legitimidade da coroa e a manutenção do regime.

1.4. A situação económica, um outro (des)acerto de contas.

Do ponto de vista económico a situação era multifacetada, não sendo, porém, menos complicada ou risonha para a condução das finanças públicas. A agricultura encontrava-se em estado de decadência, pautando-se por um marcado atraso estrutural, que as reformas vintistas, longe de resolverem os problemas mais graves, apenas vieram despertar a reacção dos grupos e das instituições possidentes. No sector mercantil a Balança Comercial repartia-se do seguinte modo:

ANOS	IMPORTAÇÃO média anual	EXPORTAÇÃO média anual	TOTAL média anual
1815-1819	30.234.640\$000	27.036.960\$000	57.271.600\$000
1820-1823	18.181.935\$000	13.014.175\$000	31.196.110\$000
1824-1828	15.615.460\$000	12.359.800\$000	27.975.260\$000

Os números atestam um défice crescente da balança de transacções correntes que, com o agravamento da conjuntura política, se prolongou para além da própria «Regeneração». O total das importações e das exportações durante o segundo triénio representa 54% em relação ao anterior, enquanto o volume das transacções com o exterior, nos anos de 1824-1828, significa apenas 48% em comparação com aquele período. Como nota de aferição dos elevados prejuízos suscitados pela perda do Brasil, basta dizer que o montante apurado nas transacções realizadas em 1824-1828 com todo o império colonial representa apenas 38% do que se observou em 1815-1819. E já nessa altura tínhamos que dividir o “bolo brasileiro” com os interesses britânicos, que desde o «Diktat de 1810» obtiveram livre acesso àquele rendoso mercado. Logicamente o défice tornou-se estrutural e arrastou consigo a balança de capitais, obrigando o país ao endividamento externo e ao incumprimento dos seus compromissos internacionais. Chegou-se ao cúmulo de não reconhecer certos empréstimos contraídos no estrangeiro durante a “usurpação miguelista”, além de se pedir a renegociação de juros nos bancos internacionais. Como recurso de urgência, mas que se tornou quase endémico, lançou-se mão de sucessivas almoedas dos Bens Nacionais para pagar dívidas e algumas obras públicas, que se arrastariam no tempo.

Por sua vez os Orçamentos Gerais do Estado, desde o «Vintismo» até à «Patuleia», caracterizaram-se por um constante défice, crónico e crescente:

ANOS	RECEITA	DESPESA	DÉFICE
1822	7.332.000\$000	8.839.000\$000	1.607.000\$000
1826	6.602.000\$000	10.177.411\$000	3.575.411.\$000
1827	7.495.000\$000	9.941.000\$000	2.246.000\$000
1828	11.030.000\$000	14.899.000\$000	3.869.000\$000
1834	6.135.571\$586	6.071.598\$129	*
1835-36	8.100.157\$408	10.873.977\$500	2.773.820\$092
1836-37	8.420.653\$651	12.004.423\$720	3.583.770\$069
1837-38	9.294.362\$753	11.217.596\$613	1.923.233\$613
1838-39	8.664.048\$865	10.939.389\$305	2.275.340\$440
1839-40	8.664.048\$865	10.939.389\$305	2.275.340\$440
1840-41	9.916.883\$473	12.056.130\$731	2.139.247\$258
1841-42	10.332.626\$618	10.989.002\$541	656.375\$923
1842-43	10.257.571\$175	11.775.181\$182	1.517.610\$007
1843-44	9.841.151\$055	11.158.392\$547	1.317.241\$492
1844-45	9.933.862\$195	11.540.807\$391	1.606.945\$196
1845-46	10.756.954\$668	10.717.542\$442	**
1846-47	11.625.069\$132	11.660.851\$066	35.781\$934

* não ocorreu défice, mas antes um saldo positivo de 63.973\$457; **saldo de 39.412\$226

No período que vai desde a «usurpação miguelista» até meados do «Setembrismo» as contas públicas deixam muito a desejar, só se devendo falar, em moldes modernos, de Orçamento Geral do Estado para os finais da década de trinta. Em todo o caso, o défice estrutural de que enfermou a economia portuguesa entre 1820 e 1890, apenas teve saldos positivos nos anos de 1834, 1845-46 e no triénio de 1874-1877, que correspondeu ao período áureo do «Fontismo». O endividamento da Fazenda Pública terá sido fruto da contracção comercial e monetária consequente à perda do mercado brasileiro, ainda antes da sua independência política. Por outro lado, o desequilíbrio orçamental parece ter a ver, parcialmente, com os conflitos civis e militares iniciados em 1826-1827, com os assaltos aos cofres públicos e às propriedades particulares, com a fuga dos magistrados e o desleixo nas cobranças fiscais. Todos estes reflexos de desordem económico-financeira viriam a

repetir-se entre 1832-1838, período que ficou marcado pelo oportunismo com que a maioria dos contribuintes se furtou às suas obrigações sob a invocação dos prejuízos de guerra, perda de provas de anteriores pagamentos, etc. Repare-se, através do quadro seguinte, que os montantes das contribuições em dívida, entre 1830 e 1848, representavam em média cerca de 25% da receita geral do fisco:

Anos	Receita Fiscal	Contribuições em dívida	Porcentagem
1830-37	8.420.653\$651	1.707.035\$248	20 %
1838-39	8.664.048\$865	1.580.640\$405	19 %
1840-41	9.916.883\$473	2.655.889\$573	25 %
1841-42	10.332.626\$618	3.172.819\$714	30 %
1844-45	9.933.862\$195	2.612.490\$684	26 %
1847-48	???	3.707.459\$678	?

Não obstante a anarquia do pós-guerra, temos igualmente que atribuir fortes responsabilidades no abaixamento das receitas aos pacotes legislativos emanados por Mouzinho da Silveira, desde o célebre Governo da Terceira, com os quais, aliás, os liberais esperavam ganhar a nação sem necessidade de recorrer à luta armada ! O alcance reformista era de tal forma revolucionário que as finanças públicas não mais se endireitaram. Esta situação de défice crónico terá sido, aliás, uma das prováveis causas da instabilidade política e dos constantes sobressaltos militares, a que o vulgo chamava “bernardas”.¹² A quase insolubilidade das contas públicas, fruto da desresponsabilização política de muitos governantes e da maioria dos funcionários públicos, cujos vencimentos andavam em atraso durante quase um ano, envolveu o país numa onda de insegurança e de desorganização, que punha em causa a própria manutenção do regime.¹³

O desfalque das rendas, por um lado, e o aumento das despesas da guerra, por outro, vieram sobrecarregar o Tesouro Público, a ponto de suscitar a sua completa astenia financeira. O resultado foi a estagnação geral da Receita e um crónico atraso nos pagamentos. Repare-se, só para dar um exemplo, que em 1827 o Exército e a Marinha absorveram cerca de 6093 contos, isto é, quase tanto como a receita ordinária da Nação. Os sucessivos ministros da Fazenda queixavam-se que das suas repartições não lhes chegavam às mãos as contas da despesa, marcando-se assim um ritmo de quase anarquia nos balanços económicos governamentais.

A Dívida Pública cresceu nos anos posteriores a 1820 de uma forma quase incontrolável. Repare-se que em 1822 o valor total da dívida nominal era de 38.000 contos e em 1827 havia já crescido para 45.000 contos. No ano seguinte, o ministro Manuel António de Carvalho dizia que a dívida rondava os 100 milhões de cruzados, cerca de 39.100 contos, dos quais 20.402 cabimentavam-se na “dívida consolidada”, 1390 na “dívida flutuante” e 4778 na “dívida corrente” contraída depois de 1-10-1822. De acordo com os mapas da Comissão do Crédito Público vê-se que à data da conquista de

¹² «O nome de Bernarda foi, segundo dizem, applicado desde 1821 entre nós a toda e qualquer revolta da canalha, em que se proclamavam despropositos, e se proferiam sandices, que faziam recordar a proverbial ignorancia e fatuidade dos Frades Bernardos.»

A Galleria, n.º 1, Lisboa, 1838, p. 3, órgão anti-setembrista.

¹³ «Um país assim desgovernado mal poderá manter por longo tempo a sua independência e liberdade; porquanto a desorganização no sistema da fazenda há-de trazer sempre atrás de si as revoluções e a desorganização social». Palavras proferidas no Conselho de Ministros de 10-12-1836, publicadas na obra de José Joaquim Ferreira Lobo, *As Confissões dos Ministros de Portugal (1832 a 1871)*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1871, p. 34.

Lisboa em 24-7-1833 a dívida legal ascendia a 38.600 contos, mas em 1835 já aumentara para 43.655 contos, sendo, porém, no início do ano seguinte avaliada em 48.624 contos a designada “dívida fundada e flutuante”.¹⁴ Foi neste quadro de colapso financeiro que o Banco de Lisboa suspendeu os pagamentos no auge da crise económica iniciada em 1826, adensando o clima de miséria e trazendo para primeiro plano a penúria estrutural do país, a partir de então acossado pela fome. Por outro lado, o papel moeda (cujo funcionamento como instrumento financeiro era ainda incipiente e pouco corrente), atingira um desconto de 25%, sendo raríssimos os cidadãos que aceitavam papéis da “Dívida” cuja credibilidade pública batera no fundo. Em Maio de 1828 a pobreza do Estado era de tal forma evidente que D. Miguel procurou atrair empréstimos internos como “actos de dedicação patriótica”. E tendo falhado este expediente recorreu ainda, em plena guerra-civil, ao sistema dos “Donativos Voluntários” em dinheiro e espécie, a que muitos fiéis vassalos aderiram com a oferta de papéis da dívida, dos salários em atraso e de outros créditos considerados incobráveis !...

Os preços evidenciaram claro ascendente entre 1821 e 1824, chegando em certos casos, como nos cereais, gorduras e álcool, a atingir níveis de inflação incomportáveis para um mercado débil e uma economia decadente. Crê-se que o descontrolo dos preços terá sido uma das mais fortes razões que contribuíram para a fracassada experiência vintista. Essa tendência, porém, inverteu-se até 1828, considerado-se esse o «pico» inferior na escala do valor braçal e, por consequência, do poder de compra das massas rurais. Basta dizer que um trabalhador agrícola, que no princípio do século ganhava entre 180 e 240 réis, passou em 1828 a receber por jorna apenas 160 réis. O abaixamento dos salários durante a efêmera vigência da Carta (1826-1828) foi decisivo para a impopularidade do regime no seio do campesinato, que atribuiu aos “heréticos” governantes, comerciantes e empresários, adeptos do liberalismo, a exclusiva responsabilidade da situação de penúria que se vivia no campo. Em todo o caso, o movimento global dos preços, durante o segundo quartel do século XIX, apresentava-se tendencialmente inclinado para níveis baixos. O mesmo acontecendo com os salários, que devido às alterações verificadas na estrutura fundiária, suscitou um acréscimo na oferta de mão-de-obra que, em reflexo da fraca produtividade agrícola e duma abertura política ao livre-cambismo, deu origem a uma asfixia do mercado de trabalho. O recurso à emigração para o Brasil e colónias tornar-se-ia num fenómeno crescente de longa-duração, que até então se podia considerar inexpressivo. Porém, os indicadores da subida dos preços regressariam a partir da década de quarenta, sendo nos decénios seguintes irreversíveis, assim como os índices do emprego, que foram crescendo à medida que o processo de industrialização do país entrou francamente em curso. A cadeia de relações económicas alargou-se num leque de interesses financeiros e políticos. Os governos, conforme a sua inspiração político-partidária, umas vezes protegiam a produção interna através duma estratégia pautista, outras abriam o mercado à concorrência externa, deixando que este encontrasse o seu equilíbrio natural. No fundo, pode dizer-se que a história político-económica do nosso Oitocentismo foi como que uma permanente luta entre o protecçãoismo e o livre-cambismo. A primeira contrariava o espírito liberal mas defendia os interesses da nação. A segunda abria o mercado e alinhava na ortodoxia política em que se inspirava, como que a pedir uma maior plasticidade mental aos empresários e investidores, por forma a modernizarem o país e a conduzirem as suas actividades económicas na senda do capitalismo europeu.

Assim, pode-se afirmar que ao sistema político do constitucionalismo parlamentar juntar-se-ia o económico do capitalismo. No fundo, os povos, repudiando a sua condição

¹⁴ Veja-se para as datas consequentes os quadros estatísticos elaborados por Maria Eugénia Mata na sua dissertação de doutoramento, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, dactilocopiado, Universidade Nova de Lisboa, 1985.

de vassallos, apenas aspiravam transformar-se em nações. O mapa político da Europa nunca sofrera tantas alterações como na primeira metade do século XIX. Em todo o caso, temia-se que o egoísmo, o individualismo e o cepticismo se transformassem no lema do século, isto é, numa espécie de trilogia de conduta social, que comandaria as ambições do homem moderno:

«O character estampado na frente do seculo actual he o Individualismo, ou mais claro, o Egoismo. O Septicismo que herdamos do seculo passado, e huma dialectica manhosa e corrompida tem tornado problematicas as mais importantes questoes sociaes. Morta a convicção, o indifferetismo mirrou a generosidade no coração do homem; eis o cancro que roe todas as sociedades, e a que não tem podido dar remedio os politicos, nem todos os progressos das artes da Civilisação. - Só no Evangelho existe a Philosophia que pode dar remedio aos males actuaes do Genero humano. Nascida no Septicismo a Raça actual não pode inteiramente cumprir a sua missão regeneradora porque ha huma luta nos entendimentos. Quem hade vencer o combate he o futuro».¹⁵

1.5. Subdesenvolvimento económico e facciosismo político, os fantasmas da Regeneração.

Estes receios de egoísmo, indiferentismo e incredulidade, não se pode dizer que fossem absolutamente infundados, pois que deles, em certa medida, enfermou a segunda metade do século XIX. No entanto, é bem certo que a propaganda contra-revolucionária serviu-se desses conceitos para denegrir o novo regime e desestabilizar psicologicamente os adeptos mais conservadores do partido liberal, semeando alguma discórdia no seu próprio seio.

A nossa historiografia até há bem pouco tempo sustentava que o século XIX fora marcado pela distorção estrutural herdada da transição Seiscentista, quando a perda da independência fizera substituir a aristocracia tradicional e de linhagem por uma injeção de novos titulares ligados ao comércio externo, intrinsecamente dependentes da teia mercantil britânica. O desvio de recursos humanos e financeiros para o império colonial fizera esquecer a mãe-pátria, cuja situação se agravaria progressivamente, mesmo quando o ouro brasileiro parecia operar o milagre da auto-suficiência. A decadência nacional tornara-se num bloqueio psicológico, por vezes mais aparente do que real, mas que retirava confiança ao investimento e descrédito no futuro, parecendo sempre que a aposta deveria fazer-se fora de portas. Esta situação prolongar-se-ia no tempo até praticamente aos nossos dias. Contudo, teve maior acuidade no século passado cujo tecido social, embora alterado pela revolução liberal, se dizia ser resultante da putrefacção do Antigo Regime e, sobretudo, da vontade de emancipação da tutela britânica.

Por isso é que a estrutura político-económica da nação durante a primeira metade do século passado, parece ter adquirido uma postura de dependência da Grã-Bretanha, quer ideológica, quer financeira, contrabalançada pela tradicional subserviência ao poder da Igreja e à condição aristocrática. As actividades económicas reprodutivas, especialmente as de rendimento imediato como o comércio, estavam nas mãos das abastadas comunidades britânicas residentes no Porto e em Lisboa. A indústria nunca teve grande prosperidade (a não ser com Pombal) e as relações económicas internacionais foram praticamente açaimadas com o Tratado de 1810. Neste quadro de recessão económica só restava a agricultura, apesar de sustentada por meios de produção, métodos e contratos de exploração, desajustados da realidade socioeconómica. Por outro lado, o sector primário estava tecnicamente atrasado e obsoleto, cuja situação se agravava progressivamente perante a deficiente distribuição da propriedade e consequente desajustamento da produção. A ineficiente rede de comunicações associada aos decrépitos, senão mesmo

¹⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Códice n.º 600, fls. 101-102.

inexistentes, meios de transporte inviabilizava o escoamento da produção no interior para os mercados do litoral. Isto limitava não só a gestão da produção como ainda o nivelamento da Balança Comercial, já que no trato internacional poucos eram os produtos (à excepção do vinho do Porto) que tinham qualidade e aceitação nos mercados estrangeiros. Perante este quadro de dependência externa e de entorse da economia interna, Oliveira Martins não teve qualquer pejo em considerar o nosso país como uma «nação de vinhateiros obscuros, gente subalterna, colonos, hilotas, ou como se quizer dizer, dos Ingleses». Essa era a realidade, nua e crua. Porém, face às circunstâncias históricas, que não podíamos renegar, e à realidade europeia, cujo reordenamento político-económico sofrera radicais alterações, talvez a manutenção do estatuto de amizade e protecção, conferido desde o Tratado de Windsor, e, consequentemente, uma dependente subserviência britânica, fosse a linha política preferencialmente indicada.

A ideia de decadência, por vezes traduzida em subdesenvolvimento e estagnação, manteve-se nas perspectivas historiográficas do nosso tempo, nomeadamente em António Sérgio, Jaime Cortesão ou Magalhães Godinho, para só falar nos que fizeram escola. O próprio Joel Serrão, segue na mesma esteira quando conclui que se houve capitalismo em Portugal quase não se notou, pois limitou-se às actividades agrárias e agro-pecuárias canalizadas para os mercados britânico e francês, obrigando os nossos empresários a ruralizarem-se e a aceitarem a sua vocação agrária.¹⁶

Essa «granja de exportação» dará origem ao capitalismo agrícola, mas condicionará o processo de industrialização que se atrofiará até ao «Fontismo», altura em que desponta para um progressivo desenvolvimento. Em todo o caso, o nosso século da liberdade parece ter andado aos repelões, entre avanços e recuos, ao sabor dos interesses de grupos burgueses, agiotas e oportunistas, que estagiaram ao longo da História em surtos de grande conflitualidade político-económica, como o «Vintismo», o «Setembrismo» ou as guerras civis de 1832-34 e de 1846-47. Toda esta primeira metade do século foi marcada por um constante (re)ajustamento à realidade socioeconómica proporcionada pelo novo regime liberal. O tão esperado progresso económico tardou em surgir, não só porque a reacção absolutista se manteve acesa, como também porque o clima de dissensão política se arrastou para os quartéis dando lugar a uma quase permanente conflitualidade militar, com sucessivas revoluções, motins e pronunciamentos.¹⁷

Os jogos de interesses de certos grupos políticos originavam uma luta de regime por uma revisão do sistema. Uma vez sob a invocação da Constituição de 1822 ou de 1838 e noutras pela manutenção da Carta Constitucional. A luta dos “Titãs do Liberalismo” – como eram Saldanha, Terceira, Sá da Bandeira ou Costa Cabral – só terminaria no virar da metade do século, quando cessou a sua influência política ou as suas próprias vidas. Talvez o Governo da Terceira e a breve ditadura de Passos Manuel tivessem sido os mais profícuos momentos do reformismo liberal, durante os quais se

¹⁶ Cf. Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da Indústria Portuguesa do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 28.

¹⁷ Entre 1820 e 1851, ou seja, do Vintismo à Regeneração, ocorreram 73 intervenções sediciosas, de origem popular ou militar, repartidas por 44 pronunciamentos, 7 levantamentos, 6 tumultos, 5 golpes de Estado e uma “pressão de generais”. Por esta estimativa já se pode fazer uma ideia da instabilidade política do regime na primeira metade do século XIX, descredenciando por completo a sua credibilidade no seio dos empresários e investidores estrangeiros. A profusão e a irresponsabilidade com que se sucediam os motins e pronunciamentos militares, por vezes sem justificação plausível, deu origem a que o povo as cognominasse de «bernardas», cujo principal promotor era o general Saldanha. Todavia, do número total dessas intervenções tumultuárias apenas 16 lograram alcançar um efectivo sucesso.

Cf. Fernando Ferreira Marques, *Um Golpe de Estado, contributo para o estudo da questão militar no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1989, 12-18.

vislumbrou a existência de um projecto e dum programa de condução política da nau do Estado. Raros e fugazes momentos que só tiveram repercussão no «Fontismo», mercê da integração pacífica e leal das forças miguelistas no jogo partidário. A «amalgamação» Palmelista derivou progressivamente para uma integração político-partidária, sem grandes atritos nem contestações. Abriu-se, assim, caminho ao progresso económico, através de uma política de fomento industrial e de melhoramentos estruturais, então transformada em autêntico projecto de Estado.

A tão almejada *Regeneração*, que se chegou a confundir com uma panaceia para todos os males da nação, consistia afinal no (re)alinhamento do país na senda do progresso europeu, fomentando a produção fabril, os transportes e a educação. Trilogia simples e eficaz a que se poderia ter recorrido atempadamente, se as feridas políticas tivessem sarado a tempo de erigir uma nação coesa e pluripartidária. Oliveira Martins, o historiador do “drama” nacional de Oitocentos, cujo *Portugal Contemporâneo* personifica a razão crítica e a má consciência do Liberalismo, traduziu os princípios básicos da Regeneração nacional na reconstituição do corpo social, isto é, na aposta dos recursos humanos e materiais. Ouçamos a sua esclarecida sentença:

«O que nos cumpre fazer, se queremos entrar no concurso das nações que rapidamente caminham para a definição do sistema das ideias modernas, é reconstituir o nosso corpo social, mais que nenhum outro abalado e doente por uma enfermidade de três séculos. Cumpre-nos aumentar o nosso pecúlio científico e melhorar a nossa ferramenta industrial. Carecemos de ser tão sábios e tão ricos como os melhores da Europa: não porque aí esteja o fim das nossas ambições, mas porque sem conseguir primeiro isso, jamais poderemos vê-las realizadas».¹⁸

2. A importância do Algarve na implantação do Liberalismo em Portugal.

Neste contexto, tão complexo quanto plurifacetado, se integrava o Algarve, como região/reino, de sofrível expressão política mas com alguma importância económica. O seu espaço, dimensionado na tríade geo-socioeconómica, tinha igualmente alguma especificidade, sem, todavia, perder de vista a sua identidade, enquanto complexo histórico-geográfico. Não se nos oferecem dúvidas em afirmar que o Algarve pelas suas diferenciações geomorfológicas evidenciava acentuadas assimetrias político-económicas entre as gentes sediadas no litoral e na serra. Na borda d’água o rendimento económico advinha da precocidade das suas explorações hortofrutícolas, da abundância de pescado e das seculares relações comerciais com a Andaluzia, Levante mediterrânico e alguns portos do litoral euro-atlântico. A serra, que se reparte entre as zonas xistosa e calcária, apresenta uma economia de subsistência devido à fragosidade dos solos e à aridez do terreno. Predomina a charneca mediterrânica, cuja fertilidade pedológica deixa muito a desejar. Nela se processou uma economia predominantemente agrária, mais produtiva de montante para jusante e fundamentalmente do tipo agro-pecuário, cuja evolução e progresso estava dependente da ambição dos proprietários. Mas, neste caso, a sua falta de instrução foi decisiva, pois que, mais permissivos ao espírito tradicionalista, deixaram-se embalar nas relações de produção de tipo senhorial. A falta de contactos alimentava um ronceirismo endémico a que se associava a acção religiosa da Igreja, cuja orientação de controle crescia em forte amplexo mental de sul para norte, tendo, curiosamente, como ponto nevralgico a cidade de Faro, considerada como uma das mais progressivas e florescentes.

Com o evoluir dos tempos a sociedade algarvia foi-se estruturando de acordo com uma economia intrinsecamente dependente do meio ambiente. Nessa conformidade, as populações que se fixaram no litoral evoluíram num sentido mais cosmopolita, fazendo

¹⁸ Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, 10ª ed., Lisboa, Guimarães Edts., 1972, p.337.

depende a divisão do trabalho das próprias necessidades do mercado interno e mediterrânico. A melhoria de vida deu-lhes acesso à instrução proporcionada pelas ordens religiosas atraídas pelo desenvolvimento e pela sua proximidade geográfica com o norte de África. Nos colégios conventuais despontaram gerações de estudiosos, que não raras vezes se destacavam na Universidade de Coimbra, noutros institutos e até na condução da diocese farense.¹⁹ Na origem do desenvolvimento económico da faixa litoral estava obviamente o comércio e as pescas, motivadores de permanentes contactos internacionais, os quais, por sua vez, originaram a fixação de empresários estrangeiros nas localidades portuárias de Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, Portimão e Lagos. No contacto cultural e no jogo da troca modelaram as populações a sua mentalidade, favorecendo em larga medida a infiltração das novas ideias liberais.

Em todo o caso, verificamos que a diferenciação das mentalidades não pode, por si só, explicar o desenvolvimento cultural e económico das sub-regiões edafo-climáticas acima referidas. Pelas razões já aduzidas, a mais proeminente era a faixa litoral. No entanto, também aí se notavam acentuadas diferenças de inspiração política. O barlavento, por exemplo, sempre se mostrou mais acessível à infiltração das ideias reformistas veiculadas pela doutrina liberal, tendo como eixo dinamizador da tolerância e da aceitação da diferença, a cidade de Lagos e a vila de Portimão. Em contrapartida, o sotavento mostrou-se menos permeável às novas ideias políticas, mais atreito e receoso das propostas reformistas difundidas pelo constitucionalismo. A cidade de Tavira, até pelas origens fidalgas da sua nata social, acrescido da responsabilidade de albergar o governo militar da região, evidenciava-se como centro conservador, fiel ao absolutismo. A chamada zona central, era cultural e economicamente afectada ao sistema liberal, destacando-se a cidade de Faro, pela densidade demográfica, crescimento económico e empreendedora burguesia, ligada ao trato mercantil e aos serviços político-administrativos.

2.1 A diferenciação geográfica, mental e económica do Algarve.

A repartição geográfica mostra que a sua longa e acessível linha de costa abre caminho para o amplo anfiteatro, que na sua retaguarda se ergue até à serra que separa o Algarve do Alentejo. Obviamente, existiam relações de dependência recíproca, sobretudo do ponto de vista agrícola, como base essencial da economia da época. Porém, só o movimento dos portos permitia um progressivo crescimento da economia regional. Daí que na faixa litoral se escalonassem grupos socio-profissionais e estratos socioeconómicos profundamente interessados na prossecução de uma economia liberalizante e internacionalista. Só por essa via poderiam manter acesa a chama da sua preponderância financeira, que julgo ter-se superiorizado à política, visto que nos cargos de decisão nem sempre se fixavam os plutocratas. Preferiam exercer a sua influência através da pressão financeira, sem arriscar um descarado comprometimento político.

Cremos que os habitantes dos concelhos do interior, mais afectos ao tradicionalismo e submetidos ao hermetismo cultural liderado pela Igreja, se mostravam defensores de uma política conservadora e “patriótica”, que garantisse a manutenção do status interrompido com a revolução vintista. O papel da nobreza territorial, dos velhos magistrados, do povo ignorante e manso, controlado por uma superclasse personalizada na Igreja, originaram esta luta fratricida entre o passado e o futuro, o tradicional e o revolucionário, o privilégio e a igualdade de todos perante a lei.

Supomos, portanto, que os liberais algarvios, talvez derivado da existência de numerosos mercadores estrangeiros, eram mais nacionalistas do que patriotas, e mais interessados no trato comercial do que na sanha política. É claro que a bandeira liberal

¹⁹ Cf. José António Pinheiro Rosa, *Faro Cidade Universitária*, Faro, Universidade do Algarve, 1987, p.11

propunha melhores condições de sobrevivência aos interesses económicos dos empresários mercantis e industriais, resultando daí a sua inspiração, ou a sua simpatia, pelo partido liberal. O litoral como porta aberta ao contacto de pessoas e ao transaccionamento de bens, permitiu, igualmente, a infiltração das ideias liberais. E estas só não se exportaram com sucesso para o interior por força das dificuldades de contacto e pela repressão das classes instaladas no poder, cuja ligação umbilical ao absolutismo era por demais evidente.

Toda esta problemática socioeconómica caracteriza, de modo singular, esta região e, muito especialmente, acentua a sua importância no eixo militar Algarve-Lisboa. Os recursos económicos desta região motivaram a sua resistência à exclusão política e ao amesquinamento de que foi vítima nas últimas centúrias. O centralismo absolutista desenvolveu a capital, como projecto de Estado, a partir do terramoto de 1755, conferindo às restantes regiões o estatuto da subalternidade, da marginalização e até do desprezo. As zonas estremadas foram, talvez, as mais atingidas, por força do esquecimento a que foram permanentemente votadas. Daí que a designação de região periférica assente que nem luva ao caso específico do Algarve.

Porém, também é verdade que terá deixado progressivamente de o ser a partir do momento em que as suas relações comerciais se alargaram aos portos mediterrânicos, magrebins e europeus. A sua propensão cosmopolita favoreceu a tolerância de credos e ideias, abriu portas ao retorno hebraico e à fixação de empresários de diversas origens, diferentes raças e múltiplos interesses. A afabilidade da costa e os ancestrais compromissos marítimos encarregaram-se da animação do tráfego portuário e do estabelecimento das rotas comerciais com quase todo o mundo ocidental. O bom acolhimento das ideias estrangeiradas, sobretudo ao nível do reformismo socioeconómico, e o privilegiado posicionamento geográfico, terão contribuído decisivamente para a escolha do Algarve como pólo de revitalização da revolução liberal, quando no Cerco do Porto as suas forças militares davam indícios de grande resistência, mas, igualmente, de um infrutífero imobilismo.

A verdade é que o Algarve, no contexto dos factos político-militares que envolveram a primeira metade do século XIX, sempre se manteve na crista dos acontecimentos. No dealbar da centúria destacou-se na luta contra os franceses e terá sido uma das primeiras regiões a pronunciar o grito da revolta, pegando em armas para sacudir o jugo napoleónico.²⁰ Também não ficou alheio ao processo revolucionário iniciado no memorável 24 de Agosto de 1820, já que se fez representar num dos seus líderes, o farense Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, não deixando, igualmente, de participar no movimento através de fervorosos autos de aclamação e juramento prestados nos quartéis, municípios e compromissos marítimos de toda a região. Em 1823, as tropas algarvias participaram na revolta da «Vilafrancada» em apoio do seu rei, e manifestamente contra o partido reacçãoário que se erguia em torno da Imperatriz Carlota Joaquina e, especialmente, do popular infante D. Miguel. Nessa altura, o Duque de Angoulême à frente de um poderoso exército da “Santa Aliança”, assolava a fronteira leste do Guadiana, aconselhando as circunstâncias que os algarvios fossem prudentes nas suas atitudes políticas, em detrimento do infrutífero regime constitucional.

2.2. Opções políticas e sublevações militares. A importância geo-estratégica do Algarve na vitória liberal.

²⁰ Veja-se a esse propósito a obra de Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve - Subsídios para a História da Guerra Peninsular, 1808-1814*, Lisboa, Edição do Autor, 1941.

Apesar da favorável adesão à Carta e da aparente anuência da nação à “solução de compromisso” estabelecida por D. Pedro, o certo é que a reacção apostólica conseguiu desencadear um movimento insurreccionista nas terras da beira transmontana, encabeçado pelo Marquês de Chaves. A chama da contra-revolução depressa incendiou o país, com o apoio de alguns quartéis, do clero e da fidalguia mais conservadora. O Algarve imiscuiu-se no impulso reaccionário. A 8 de Outubro de 1826, o Regimento de Infantaria 14, sediado em Tavira, acolitado pelo decaído Batalhão de Caçadores 4, oriundo de Castro Marim, proclamaram o infante D. Miguel como Rei Absoluto. Formaram uma «Junta Provisória do Governo do Algarve» em consonância política com os revoltosos do Marquês de Chaves. Embora se tivessem apoderado de todo o sotavento algarvio, o certo é que o barlavento opôs-se às pretensões dos miguelistas, cindindo-se a região entre os dois partidos beligerantes. Pairou então uma ameaça de guerra-civil que, felizmente, seria sufocada em cerca de dez dias. De qualquer modo, notou-se que a geografia política do Algarve estava relacionada com o pólo burguês de Lagos e a fidalguia castrense de Tavira. Seja como for, a explicação para este rápido desaire dos absolutistas deverá residir na escassa adesão das autoridades político-administrativas, à qual se deve acrescentar os fracassos militares do Marquês de Chaves e do general Magessi. A providencial fuga para a Espanha apostólica de Fernando VII tornou-se na estratégia de sobrevivência da causa contra-revolucionária, imitada também pelas forças algarvias de Infantaria 14 e Caçadores 4. Do outro lado da fronteira as tropas miguelistas estabeleceram as suas bases e campos de treino militar, concentrando a sua atenção em pontuais e quase cirúrgicos ataques nas terras da raia, captando novos aderentes e publicando proclamações contra a Regência da infanta Isabel Maria.²¹

Perante a chegada do «novo príncipe», numa situação caótica de um reino sem rei, e face à permanente actividade das forças reaccionárias, não foi difícil cambiar a situação a seu favor. A política da “paz podre” depressa resvalaria para um clima de purgação política. Chegado ao trono, D. Miguel formou um governo de inspiração realista, substituiu os comandos militares, os governadores das províncias e todas as autoridades municipais ou locais. Chamou a si os que antes haviam sido perseguidos pelos liberais, dando-lhes lugares e posições de chefia político-administrativa, mergulhando, assim, o país num ambiente de vingança e de permanente perseguição política. Os “caceteiros” moviam desenfreada “caça” aos liberais, que escapavam pelo porto de Lisboa em desabrida emigração. A maçonaria e alguns oficiais de prestígio, como Sá Nogueira, Vila Flor e Saldanha, lograram pronunciar os quartéis do norte em favor da causa liberal, cujas forças por dificuldades logísticas acabariam por se concentrar na cidade do Porto. Mais uma vez o país se dividia ao meio. Todavia, os caudilhos da liberdade, não conseguindo conter as ambições e rivalidades pessoais, fomentaram certas dissensões de que resultaria a desconexão das ordens de comando, arrastando consigo os revoltosos para o opróbrio da «Belfastada».

Na esteira do levantamento do norte, também o Algarve, no dia 25 de Maio de 1828, pegaria em armas contra o usurpador. O grito da revolta fora preparado pelos oficiais do Regimento Infantaria n.º 2, sediado em Lagos e, pontualmente aquartelado em Tavira, devido ao expatriamento de Infantaria 14. Todavia, em Lagos uma denúncia fez abortar o pronunciamento que, não obstante, em Tavira surtiu pleno efeito, aclamando-se a Carta e a Rainha D. Maria II. Mas, em Faro, o Regimento de Artilharia n.º 2, contrariando o plano revolucionário a que aderira, não saiu em apoio da revolução. Perante a disparidade das circunstâncias as hostes pedristas foram esmagadas dois dias depois num feroz combate às portas de Faro.

²¹ Veja-se a descrição dessa penosa odisseia por terras de Fernando VII, narradas por Vasco António Parrot, «Lembranças, pelo Tenente-Coronel Vasco Antonio Parrot», in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, volumes 18 a 21, Vila Nova de Famalicão e Lisboa, 1948-1951.

O partido liberal tinha cometido vários erros, sobretudo na avaliação do inimigo. Em primeiro lugar, usaram de excessiva complacência para com os oficiais miguelistas, especialmente com o Governador das Armas, general Luís Ignacio Palmeirim, que submetendo-se aparentemente à revolução esperou pelo momento mais oportuno para a torpedear. Depois não puseram em ferros os inimigos mais poderosos, tanto na sociedade civil como militar. A falta de coesão militar partiu a região em dois pólos adversos, o que se assemelhava ao fracasso de 1826, que deveria ter servido de exemplo. O confronto militar acirrou ódios e extremou posições. E tal como antes, também agora as forças do governo, sendo bastante superiores, não tiveram dificuldades em concitar a adesão generalizada das populações. Os liberais, cometeram praticamente os mesmos erros dos seus adversários em 1826. A posse da capital teria sido a chave da questão. Em todo o caso, a presença física de D. Miguel no trono, ainda que como Regente, era um inultrapassável *handicap* para o partido liberal, até aí considerado órfão e falho de liderança.

Repare-se na similitude das rebeliões militares operadas no Algarve em 1826 e 1828, ambas efectuadas contra o poder instituído e ambas esmagadas ingloriamente. Poder-se-ia, por isso, admitir que os movimentos sediciosos contra as forças do governo estariam à partida condenados ao malogro. O único caso que excede a regra, no Algarve, ocorreu a 24 de Junho de 1833, com o desembarque das tropas do Duque da Terceira que, praticamente sem qualquer oposição, submeteram esta província, derrotaram a frota miguelista na batalha do Cabo de S. Vicente e marcharam vitoriosos para Lisboa, onde entraram triunfalmente no glorioso 24 de Julho. Se acaso não tivesse existido a guerra-civil de 1832-1834, que culminou com a ingloria rendição miguelista em Évora-Monte, seríamos forçados a acreditar nessa hipotética regra. Aliás é muito peculiar nos países macrocéfalos. Ou seja, num espaço político de cariz centralista, a província nunca teria qualquer poder ou significado militar para a segurança do Estado. Em geral essa circunstância aproxima-se da regra histórica ou da lei sociológica. E, com efeito, todas as anteriores revoltas ocorridas na primeira metade do século transacto nunca puseram em causa a legitimidade da figura do rei. Porém, a única coroa que saiu vencida foi a de D. Miguel. As razões que explicam o desaire não se podem assacar à inépcia dos generais realistas ou à valentia dos mercenários pedristas. O que verdadeiramente uniu e fortaleceu o partido liberal rumo à vitória final foi o poder do ideal. No seio dos seus opositores não existia a força de um ideal, muito menos a de um conceito tão sublime quanto o da liberdade. Por isso, eram mais fracos e desunidos, acabando por ser batidos por um exército dez vezes inferior. Era esse o poder do ideal.

Em todo o caso, o que mais particularizou o regime miguelista foram as perseguições, alçadas e devassas políticas, que após a entronização do «novo príncipe» não mais parariam de apoquentar os adeptos da liberdade. O poder assentava na sacralidade do trono, na exclusividade da religião católica e na defesa das instituições tradicionais. Como a “pedreirada” liberal não aceitava esses princípios políticos nem esses preceitos religiosos, transformaram-se em inimigos do Estado. A delação, a coacção e a extorsão constituíam uma espécie de *modus vivendi*, do próprio regime. Funcionava dessa maneira tanto na vivência social como no comportamento político. A repressão e o terror constituíra-se numa estratégia de poder. Só no Algarve contamos 400 pronunciados nas devassas políticas que se iniciaram logo após a fracassada revolta de 25-5-1828. Mas no cômputo nacional esse número teria ascendido a largos milhares de cidadãos. No caso específico do Algarve constatamos que o espectro social era plurifacetado, com particular incidência na pequena burguesia dos artífices e comerciantes, no foro judicial e administrativo, nos militares, proprietários, negociantes, etc. Um quadro muito abrangente ao qual não faltavam também as classes laborais, embora em reduzido número até pela sua diminuta expressão nos conflitos políticos. A maioria dos implicados na revolta foram condenados aos presídios da capital, sofrendo as agruras do cárcere ou a deportação para as colónias africanas.

A intervenção militar do Algarve em 1826 e 1828, ambas em defesa da implantação do sistema constitucional, demonstram que não era uma região marginal, alheada da conjuntura política que envolvia a nação. A evolução dos factos conferem-lhe uma especial singularidade no dirimir geopolítico dos conflitos, comprovando-se não só a sua atenção aos problemas nacionais como também a sua efervescente actividade partidária. O desenvolvimento dos sectores piscatório e mercantil justificaram a fixação de estrangeiros nas principais cidades algarvias, sobretudo britânicos, franceses e espanhóis, o que suscitou uma espécie de “aculturação política” das suas gentes. Aliás, é curioso o facto de aqui se radicarem muitos liberais espanhóis, fugidos às perseguições de Fernando VII, que gozaram dum certo estatuto de tolerância devido ao facto de desenvolverem actividades profissionais úteis à região. Alguns desses estrangeiros, nomeadamente andaluzes, terão estado ligados às lojas maçónicas de Lagos e de Faro, que tão bom contributo deram para o sucesso da causa da liberdade no Algarve.

Em suma, o miguelismo ao invés de procurar manter a popularidade de que o infante parecia gozar no seio do povo, acabou por se deixar resvalar para um nepotismo tirânico, excessivamente persecutório e sem precedentes. Com o evoluir dos anos frustraram-se as expectativas e o regime apodreceu numa guerra-civil, praticamente fulcralizada na cidade do Porto. Apesar da desproporção das forças envolvidas, a resistência e a coesão ideológica dos liberais tornou-se na sua principal arma. O impasse a que parecia resumir-se o chamado «Cerco do Porto» foi ultrapassado através do estabelecimento de um novo palco de guerra sediado no Algarve. A escolha desta região, quase esquecida no extremo sul do país, demonstra a sua importância geo-estratégica no quadro da unidade territorial da nação portuguesa. Mas também evidencia um prévio conhecimento das facilidades de penetração militar numa costa indefesa, cuja população já se havia empenhado em anteriores momentos ao lado da causa liberal. E a verdade é que em apenas oito dias, as tropas do Duque da Terceira submeteram todo o reino do Algarve. A disparidade das forças envolvidas não lhes era favorável. Porém, alguma inépcia, acrescida à frequente indecisão do general Molelos, terão evitado o entrechoque militar. E na verdade, o partido miguelista perdeu a guerra no Algarve. A batalha naval do cabo de S. Vicente trouxe mais uma vez à evidência a incapacidade de chefia e a falta de estratégia militar dos absolutistas, que perdendo a sua esquadra perderam igualmente a esperança de poder decidir o conflito a seu favor. Num país litoralizado como o nosso, torna-se imprescindível acautelar o controlo da extensa costa marítima. A perda desse domínio expusera a capital a um ataque concertado por terra e mar. E esse era o plano urdido *ab initio* pelos liberais quando desembarcaram no Algarve. Quando o general Molelos se afastou para Beja, franqueou aos liberais a estrada para Lisboa. A campanha do Algarve estava terminada. No dia 24 de Julho o Duque da Terceira entrava em triunfo na capital. O governo fugia para Santarém e com ele seguia um exército desmoralizado e descrente nos seus inaptos oficiais, a quem, aliás, acusava de traição. Arrastaram-se até à cidade de Évora, onde concluíram que a guerra estava perdida. Sem a pompa nem a circunstância do seu real estatuto, o infante assinou a capitulação numa humilíssima casa da pacata aldeia alentejana de Évora-Monte. O exílio era o seu destino.

2.3. A guerrilha do Remexido ou o estertor do Antigo Regime.

Terminara a via sacra do miguelismo, mas não se extinguiu a causa apostólica. A vingança de algumas vítimas do regime deposto sobre os seus antigos algozes, obrigara muitos dos vencidos a não regressarem às suas casas. A prometida amnistia política não passava de “letra-morta” e a tão almejada paz seria ameaçada pelo surgimento de bandos de guerrilheiros, que despontavam um pouco por todo o interior do país, com especial acuidade no Alentejo e Algarve. Essas foram as regiões mais flageladas pelas *vendetas* pessoais e pelas bárbaras atrocidades dos oportunistas, movidos pela cobiça extorsionária. As guerrilhas surgiram por volta da eclosão do movimento «Setembrista», sem que,

porém, se perceba qualquer correlação de interesses políticos entre os bandoleiros e a esquerda revolucionária. O descontentamento que grassava nos campos por causa do absentismo dos proprietários e da falta de trabalho, foi aproveitado pelo proscrito rei D. Miguel para, numa inflamante «Proclamação», apelar ao levantamento popular. Os soldados e apaniguados realistas, que se haviam “homiziado” nos recônditos das serranias, saíram dos seus redutos decididos a cobrar com juro os insultos, vingança e toda a casta de atrocidades de que foram vítimas. A luta surgia do Campo em direcção à Cidade, e em muitos aspectos parecia dar a entender que se tratava de um ajuste socioeconómico entre pobres e ricos, camponeses contra proprietários. Todavia, nunca a luta de classes esteve vincadamente expressa, nem as relações de produção se tornaram inquestionavelmente perceptíveis nos ataques das guerrilhas. Em todo o caso, o camponês encarava a Cidade no sentido opressivo, visto nela se encontrarem sediadas as instituições que regulavam a sua vida quotidiana, sobretudo a repartição da Fazenda Pública que o sobrecarregava de impostos.

A figura que mais se distinguiria no contexto das guerrilhas miguelistas, seria a do Remexido, cujos sucessos militares depressa extravasaram as fronteiras nacionais. O próprio D. Miguel, agradado com as notícias da sua fidelidade à causa «legitimista», nomeara-o Governador do Reino do Algarve e Comandante Interino das Operações do Sul. Isto deu um certo fulgor aos rebeldes que sustentaram durante dois anos um clima de terror e insegurança nas terras do interior serrenho, tanto no Algarve como no Alentejo, onde os bandos do Padre Marçal José Espada, de Francisco Nogueira Camacho ou dos irmãos Baioa cometiam as maiores atrocidades contra os proprietários e os soldados do governo. As malas do correio e os almocreves tornaram-se presas fáceis das guerrilhas, que ao controlarem as estradas dominavam as comunicações terrestres com a capital. O caso tomara foros de escândalo nacional e os crimes perpetrados roçavam os limites da barbárie. A oposição política no Parlamento chacoteava da fragilidade do governo face à escalada das guerrilhas, que não sendo numerosas em efectivos vexavam com o peso da derrota os Batalhões das Guardas Nacionais.

A verdade é que o governo nunca deu grande importância às guerrilhas, considerando que o seu extermínio competia aos meios de defesa militar das próprias regiões. Mas quando teve conhecimento das relações dos guerrilhas com as tropas «Carlistas», que na raia espanhola ameaçavam proceder à fusão ibérica das forças contra-revolucionárias, o governo decidiu extirpar o mal pela raiz. Forças treinadas e bem armadas, instruídas nos preceitos da guerrilha e avisadas das dificuldades do terreno, foram enviadas para a serra do Algarve, responsabilizando-se as populações citadinas pelo patrocínio financeiro das operações de combate. Isto é, os algarvios viram-se obrigados a pagar a defesa do seu território e dos seus bens, através de um empréstimo forçado no valor de 25 contos de réis, sem os quais não se poderiam equipar as tropas dos meios bélicos e logísticos, capazes de coroar de êxito as perigosas incursões à serra. E, com efeito, o “empréstimo” deu-se por bem empregue, pois que as campanhas iniciadas em Maio pelo coronel Fontoura culminariam a 2 de Agosto de 1838 com o fuzilamento do Remexido. Sem o seu líder carismático a guerrilha andou à deriva durante dois anos, ao longo dos quais foram abatidos os principais chefes dos rebeldes dispersos pelos montes alentejanos. O próprio filho do Remexido não escapou às “montarias” das tropas governamentais, sendo o último a cair. Daí por diante assistiu-se à consolidação do regime constitucional, definitivamente expurgado das bolsas de resistência miguelista. Não deixa de ser, porém, curioso que o fim das guerrilhas, operado nos princípios da década de quarenta, amainasse a contestação camponesa, abrindo, talvez, o caminho ao retorno do partido cartista às cadeiras do poder, sob a égide dos irmãos Costa Cabral.

2.4. A síntese da verdade periférica...

Em todo o caso, o que importa destacar é, mais uma vez, o papel preponderante desempenhado pelo Algarve no dirimir dos acontecimentos político-militares que envolveram a implantação do liberalismo em Portugal. Nenhuma outra região, à excepção das cidades do Porto e Lisboa, tiveram tanta importância nem foram tão decisivas como o foi o Algarve. E nisso só se demonstra a fulcral consequência do seu posicionamento geo-estratégico no contexto nacional. Pese embora o esquecimento a que era normalmente votado, pela sua própria condição de extremo sul da península, os factos e as circunstâncias vem demonstrar que tinha condições naturais e económicas que lhe proporcionariam um desenvolvimento auto-sustentado. Não obstante, sempre o Algarve se identificou e integrou no território nacional, contribuindo em alguns dos mais decisivos momentos da história pátria, para a definição do rumo nacional. E não temos qualquer pejo em afirmar que o Algarve, no processo histórico que conduziu à implantação do liberalismo português, desempenhou um papel político notável, uma acção socioeconómica deveras importante e um alinhamento geo-estratégico imprescindível. Três vectores que estiveram na base dum sucesso político-militar, que teve no arquipélago dos Açores, na cidade do Porto e no reino do Algarve os seus expoentes de abnegação, heroísmo e resistência, contra a repressão, tirania e iniquidade do nepotismo miguelista. O Algarve foi, em certa medida, o carrasco do absolutismo português. Essa terá sido a sua principal coroa de glória.

Bibliografia

- Bonifácio, Maria de Fátima (1991), *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Cascão, Rui (1985), «A Revolta de Maio de 1828 na comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da Revolução Liberal», in *Revista de História das Ideias*, n.º 7, «Revoltas e Revoluções» 2 vols., Coimbra, ed. do Inst. História e Teoria das Ideias, Fac. Letras Coimbra, vol. II, 111-153.
- Iria, Joaquim Alberto (1941), *A invasão de Junot no Algarve - Subsídios para a História da Guerra Peninsular, 1808-1814*, Lisboa, edição do autor.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1955), *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris, Armand Colin.
- Justino, David [1988-1989], *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Editorial Vega.
- Lains, Pedro (1995), *A Economia Portuguesa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lopes, João Baptista Silva (1841), *Corografia ou Memoria Economica Estadistica e Topografica do Algarve*, Lisboa, Typ. Academia das Sciencias.
- Lousada, Maria Alexandre (1987), *O Miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Lisboa, Fac. de Letras da Universidade de Lisboa.
- Macedo, Jorge Borges (1981), *O Aparecimento em Portugal do Conceito de Programa Político*, Lisboa, ed. Instituto Amaro da Costa, s/d (separata da revista «Democracia e Liberdade» n.º 20).
- (1977), *Para o Encontro de uma Dinâmica Concreta da Sociedade Portuguesa (1820-1836)*, Coimbra, sep. da «Revista Portuguesa de História», tomo XVII.
- Machado, António do Canto; António Monteiro Cardoso, (s/d), *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Pub. Europa-América.
- Magalhães, Joaquim Romero (1988), *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- (1985), «Alguns Aspectos da Produção Agrícola no Algarve: fins do séc. XVIII princípios do séc. XIX», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1-30.
- Marques, Fernando Pereira (1989), *Um Golpe de Estado, contributo para o estudo da questão militar no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Mattoso, José (direcção de) (1992-1994), *História de Portugal*, 7 vols., Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, [vol. V, «O Liberalismo»].

- Mesquita, José Carlos Vilhena (1988), *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve*, 2 vols., Faro, Universidade do Algarve.
- (1988), *A Pesca no Algarve - Perspectiva Histórica*, Faro, Universidade do Algarve.
- (1988), «Breves Achegas para a História das Pescas em Tavira no séc. XIX» *Algarb, Estudos Regionais*, n.º 7-8, Faro, CCRA, 21-34.
- (1988-1989), *História da Imprensa do Algarve*, 2 vols., Faro, Edição da C. C. R. do Algarve.
- (1990), *Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, Faro, Dir. Reg. do Sul da SEC.
- (1999) *O Marquês de Pombal e o Algarve - A Fábrica de Tapeçarias de Tavira*, edição da Câmara Municipal de Tavira.
- (2002), *Estudos de História do Algarve*, Faro, AJEA edições.
- Mónica, Maria Teresa (1991), *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*, Lisboa, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (1998), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pedreira, Jorge Miguel Viana (1994), *Estrutura Industrial e Mercado Colonial - Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel-Difusão Editorial.
- Reis, Jaime (1993), *O Atraso Económico Português 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Rocha, Manuel João Paulo (1910), *Monographia - As Forças Militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade*, Porto, Typographia Universal.
- Silbert, Albert (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2.^a ed., 3 vols., Lisboa, INIC.
- (1977), *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Armando Barreiros Malheiro da (1993), *Miguelismo, Ideologia e Mito*, Coimbra, Minerva Histórica.
- (1993), «Miguelismo na História Contemporânea de Portugal - retrospectiva e subsídios bibliográficos», in *Itinerarium*, Ano XXXIX, nº 146-147, Braga, Editorial Franciscana, 537-647.
- Soriano, Simão José da Luz (1866-1890), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 7 tomos em 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.

Valente, Vasco Pulido (1993), *Os Devoristas. A Revolução Liberal 1834-1836*, Lisboa, Quetzal Editores.

-- (1995), «Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827)», in *Análise Social*, vol. XXX, nº 133, Lisboa, 631-651.

-- (1997), *Os Militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Vargues, Isabel Nobre (1997), *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Liv. Minerva Editora.